



ENSINAR PARA LIBERTAR

Lucas Melo Rodrigues de Sousa – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

O ensino jurídico desempenha um papel crucial no acesso à justiça, garantindo que os profissionais do direito estejam adequadamente preparados para defender os direitos e garantias dos cidadãos. Uma formação jurídica sólida é essencial para assegurar a igualdade perante a lei e o pleno exercício da cidadania.

A interdisciplinaridade no ensino jurídico é essencial. Como ressaltou o jurista brasileiro Paulo Bonavides, "a ciência do direito tem raízes profundas na sociologia, filosofia e política". Compreender a conexão entre o direito e outras áreas do conhecimento contribui para formar profissionais mais conscientes e engajados na busca por uma justiça mais abrangente.

Contudo, o ensino jurídico não pode ser dissociado da realidade social. De acordo com a célebre frase de Paulo Freire, "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção". O ensino deve ser sensível às necessidades e desafios da sociedade, especialmente dos grupos marginalizados, buscando soluções para as questões enfrentadas no sistema de justiça.

Dessa forma, o acesso à justiça pode ser efetivamente promovido através de um ensino jurídico inclusivo, que capacite os futuros profissionais a atuarem como agentes transformadores. Parafraseando Rui Barbosa, "a justiça atrasada não é justiça; senão injustiça qualificada e manifesta". Portanto, investir em uma educação jurídica comprometida com a equidade é essencial para alcançar uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos possam desfrutar plenamente de seus direitos e proteções legais.

Palavras-chaves: Direito. Ensino. Justiça.

Promoção:



Apoio:

